COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 116/2017

AUTOR: Vereador Luiz Carlos

EMENTA: "Denomina de Praça do Mestre Bimba, um logradouro público localizada nesta Capital".

RELATOR: Paulo Magalhães Junior

PARECER

A Proposição em analise está amparada no parágrafo 2º do artigo 21 da Lei Orgânica do Município, tendo o ilustre Autor justificado plenamente os méritos do homenageado que o levou a presente propositura.

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Salvador (art. 68, II), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final se pronuncie exclusivamente acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

Com relação à técnica legislativa, nos termos da Lei nº 3.073, de 29 de outubro de 1979, que estabelece a nomenclatura e a codificação dos logradouros públicos do município, dispõe sobre a necessidade de informações técnicas para a apreciação de proposição que tem como escopo nominar logradouro público nesta cidade, a saber:

> *I – código numérico individual (art. 2º da Lei 3.073/79);*
> *II – localização e limites definidos que permitam a identificação precisa do logradouro (art. 6º da Lei 3.073/79);*
> *III – planta com georreferenciamento do logradouro, contendo a Toponímia, CodLog, RA, ZI, SD (Sub-Distrito), Folha Sicar (Folha do Sistema Cartográfico – da Região Metropolitana de Salvador) e Coordenadas Cartesianas de início e término. Destarte, existe a necessidade de enviar correspondência para a Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte – SEMUT, por meio da Casa Civil, para o envio das informações epigrafadas.*

Nesse passo, a SEDUR- Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, informou a existência de logradouro público denominado Rua Mestre Bimba, sob CODLOG N° 1096, oficializado através do Decreto N° 5.099/1977 de 24/02/1977. Ademais, a SEDUR ainda lembra que a legislação vigente não permite que a mesma pessoa seja homenageada em mais de uma via pública, salvo nas situações previstas nesta mesma lei.

Diante do acima exposto opinamos pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 116/2017
É o Parecer.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2017.

Paulo Magalhães Júnior
Relator

Alfredo Mangueira | Alexandre Aleluia | J. Carlos Filho

Aladilce Souza | Lorena Brandão | Luiz Carlos Suica